

Tecendo a vida

Uma experiência concreta da construção do conhecimento na periferia de São Paulo

Maria Inez Portella Prado Galhano*

Resumo

O presente artigo trata de um trabalho desenvolvido na periferia de São Paulo com mulheres migrantes com vista a possibilidade a inserção destas mulheres em uma qualificação profissional, em uma dinâmica que envolveu a rememoração e o resgate de suas identidades.

Palavras-chave:

Abstract

This article refer to work in the outskirts of Sao Paulo with migrant women and the possibility their inclusion in a professional qualification, involving the recovery of memory and identity.

Keywords:

Qual o papel do conhecimento no mundo atual? Como a construção do conhecimento e a da ciência criou, no decurso de sua evolução, tantas possibilidades de exclusão e violência na insana dominação do homem sobre a natureza e na dominação de uns sobre os outros? A fé no progresso da humanidade é uma superstição, uma crendice?

A principal ideia, desenvolvida pelo Iluminismo, acreditou que o avanço do conhecimento teria como consequência lógica a emancipação humana da exclusão da pobreza. Assim, a fé no progresso fez com que o homem acreditasse que o desenvolvimento da ciência seria utilizado para o bem de toda a humanidade.

* Doutorado em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da Universidade Paulista, ministrando a matéria de Metodologia no Curso de Pós-Graduação em Administração e ministrando para graduação a matéria de Antropologia nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Email: ignezportella@uol.com.br

A realidade histórica, dos últimos duzentos anos, mostrou, porém, que a participação mais igualitária na produção de riquezas advindas do imenso progresso científico é uma ideia fundamentalista, tal qual, as várias religiões que tem acompanhado esse avanço de conhecimento. Apesar de a ciência ter constantemente se proclamado com uma constituição política de neutralidade ética, ela tem se mostrado como uma terrível ordem de poder a serviço das minorias, economicamente hegemônicas.

Portanto, deve ser o papel daqueles que tem a possibilidade de construir o conhecimento, através da educação, ir além da produção teórica do conhecimento e analisar as práticas possíveis de inclusão social, que se pode promover através da aplicação prática desse conhecimento.

Este texto se propõe, desse modo, a relatar uma possibilidade prática de produção de mudança social. Portanto, a primeira ideia é a definição do que vem a ser esse conhecimento, segundo essa perspectiva de práxis: conhecimento é um conjunto de aprendizados, experiências e habilidades que grupos de indivíduos racionalizam e organizam num determinado contexto social e histórico.

A construção do conhecimento e a história dos indivíduos estão, assim, imbricados, pois um e outro comportam mitos, imagens, pressentimentos, antecipações e esperanças.

Cada grupo humano, na construção de sua identidade, trabalha com a resignificação de mitos e imagens, valorizando antigas tradições e criando novas, sempre amparadas por novos aprendizados e costumes.

O jogo, desse modo, é sempre de valorização e desvalorização de mitos e imagens que se constroem e que participam da superação de uma ordem discursiva que representa sentidos imaginários. É preciso ter em conta que essa construção discursiva, mesmo quando superada, pertence à história da formação do saber do grupo e é válida em sua contextualização epistemológica.

Este trabalho versa sobre a necessidade de mudança dessa ordem discursiva para um grupo de mulheres migrantes da periferia de São Paulo, criando possibilidades de superação das inúmeras dificuldades encontradas nesse processo de desenraizamento em que se constitui o processo de migração.

A pesquisa, que possibilitou esse artigo, foi desenvolvida na periferia de São Paulo, municípios de Jandira e Itapevi, nos bairros de Jardim Briquet e Santa Cecília que se localizam no limite desses dois municípios.

Minha inserção nessa comunidade se deu através de um trabalho atuante na área de educação e saúde, na luta por um posto de saúde que atendesse essa população carente.

Este engajamento possibilitou um trabalho de campo que se constituiu num processo dialógico: de um lado o trabalho acadêmico e de outro a recuperação de um antigo saber artesanal e uma nova qualificação para o trabalho para essas mulheres.

Essa atuação pressupõe um envolvimento político, onde o pesquisador procura modificar as condições materiais de existência das pessoas, num trabalho de conscientização que se desenvolve conforme os problemas vão aflorando. Assim se estabelece um diálogo constante para que a população reflita sobre sua realidade tal como a fazem e refazem cotidianamente. Esse é um processo social de conhecimento que se torna dialógico, pois leva vários sujeitos cognitivos, incluindo o pesquisador, a refletirem numa coparticipação sobre a realidade e juntos buscarem alternativas que transcendam essa realidade.

A recuperação do conhecimento artesanal foi feita a partir de narrativas, em que as mulheres, rememorando a vida antes do processo de migração, evidenciaram além da perda da arte de tecer cestos de palha, a perda de um universo simbólico, relacionado aos espaços dos nascimentos, das gestações, da saúde e da morte.

A contextualização histórica e espacial da periferia

Para analisar o espaço da periferia foi utilizado o pensamento semiótico de Georges Balandier (1996), que trabalha com a observação do que é significativo na formação dos espaços urbanos e que expressam a presença humana, tais como a distribuição espacial da sua arquitetura, os ambientes das casas, os espaços das igrejas, o vestuário e os ornamentos com que as pessoas se vestem e se enfeitam, recitando a dimensão cênica do espaço, somando natureza e cultura. Essa visibilidade se abre a um conhecimento de investigação sistemática, a semiologia do espaço, com sua tradução gráfica, uma materialidade que se realiza na comunicação do homem com seu meio, com a matéria submissa ao poder de instrumentar e dar suporte aos signos.

A periferia se constitui, assim, como um espaço marcado por carências, onde a paisagem revela a extrema precariedade do homem

frente aos equipamentos coletivos. Cidade, cidadão e civilização têm a mesma etimologia. Originariamente, o cidadão seria o indivíduo com direito de viver na cidade e usufruir dos mesmos direitos e deveres que os demais. Na periferia de São Paulo essa igualdade não existe.

A população que chega à cidade grande, hoje, mesmo não tendo a certeza do emprego, migra por que espera deixar para trás a miséria. A cidade se coloca para esses indivíduos como um espaço de progresso, uma miragem de novas oportunidades. A velocidade dessas ocupações, criando novos espaços urbanos ao redor da cidade de São Paulo, criou uma desregulamentação no fornecimento dos equipamentos urbanos de base, agravada pela inoperância dos serviços públicos e pelo descaso das autoridades locais.

O tema da violência e da insegurança está sempre presente entre os moradores da periferia, que frequentemente tem de conviver com a lei do silêncio imposta pelo terror.

Dessa maneira, a partir da construção de espaços determinados pelas condições socioeconômicas da população, a cidade perde o seu papel integrador e fragmenta-se, evidenciando-se a exclusão e configurando-se o *apartheid* urbano.

O morador da periferia se transforma, desta maneira, no estranho, naquele que só é bem visto na cidade em determinadas situações. Segundo Zygmunt Bauman (1998, p. 41), os estranhos são fornecedores de prazeres, porque se encarregam de tarefas mais modestas, porém é necessário que eles saibam quais são os territórios demarcados. “Pessoas sem poder, experimentando o mundo como uma armadilha, não como um parque de diversões; encarceradas num território de que não há nenhuma saída para elas, mas que em outras podem entrar e sair à vontade.”

A definição de exclusão, a partir da pesquisa organizada pela Professora e Vereadora Aldaíza Sposatti (1996), retrata a situação da periferia de São Paulo: “A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil, a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Esse processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social

e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Essa situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública”.

A distribuição espacial da população, na Grande São Paulo, acompanha a condição social de seus habitantes, reforçando as desigualdades existentes. Hoje em dia, a expressão periferia, que serve para designar bairros e municípios localizados nas margens da cidade de São Paulo, tornou-se sinônimo de preconceito cultural.

O preconceito cultural ao aglutinar os indivíduos em periferias, leva-os a partilharem uma identidade cultural. Identidade, nesse contexto, significa tudo aquilo que faz com que o grupo possa reconhecer-se e ser reconhecido por características que o diferenciem dos demais.

Maria Lúcia Montes (1996, p. 66), ao tratar da questão do preconceito coloca que: “É neste jogo de espelhos que a sociedade inventa e reinventa novas identidades e que a questão racial que se transformou em questão étnica, hoje é essencialmente política”.

O preconceito cultural fundado na ideia do “outro” como estranho é uma ideologia de exclusão coletiva, onde o migrante da periferia de São Paulo não tem direitos políticos e sociais efetivos, porque cidadania e comunidade cultural são superpostos ideologicamente e esta superposição é que dá o significado simbólico para o preconceito e não a diferença em si.

Desse modo, ao me debruçar sobre a história da construção do espaço da periferia de São Paulo, tornou-se necessário um envolvimento político, buscando, junto com a população, alternativas que transformassem a realidade, criando formas de convivência que atenuassem este desamparo.

Segundo Paulo Freire (2000, p. 91), ao falar do comprometimento político do educador, ele define o que significou nesse trabalho o sentido dessa militância política: “Na verdade a prática de constatação não teria sentido se seu alongamento necessário fosse a adaptação à realidade. Constato não para simplesmente me adaptar, mas, para mudar ou melhorar as condições objetivas através de minha intervenção no mundo.” O que seria uma reescrita da periferia, num processo de construção dialética

do objeto junto com a pesquisa. Essa ‘reescrita’ orientou os caminhos deste trabalho, definindo seus objetivos.

As atividades foram centralizadas nos bairros de Jardim Briquet e Santa Cecília, como já referimos, que constituem as comunidades mais carentes e com maior índice de violência dos municípios de Jandira e Itapevi, na Grande São Paulo.

O trabalho foi desenvolvido com um grupo de mulheres frequentadoras de diferentes denominações religiosas da região. Esse grupo de mulheres estava começando a articular um movimento de luta, com a ajuda das denominações religiosas, por um posto de saúde, que atendesse a essa localidade. Fui convidada pela Comunidade Eclesial de Base, que sempre se colocava à frente desses movimentos, para ajudar a viabilizar esse empreendimento.

Por problemas de caráter político, as mulheres não conseguiram a instalação do posto de saúde, mas através dessa luta foi possível conseguir outros benefícios para o bairro, tais como, coleta regular de lixo, serviço de correio, legalização de alguns lotes junto à prefeitura. Foi a constatação dessa capacidade de luta das mulheres que motivou minha intervenção, na busca conjunta, por soluções que minorassem as dificuldades, que elas definiriam como mais imperiosas.

Essa definição das dificuldades foi feita através de diálogos coletivos com o grupo de mulheres. Essa interação desencadeou um processo de rememoração e recomposição, onde ficou evidente a expropriação do universo simbólico dessas mulheres, que em seu lugar de origem cuidavam dos nascimentos, dos doentes e dos rituais fúnebres, perdendo esse espaço de conhecimento e poder na cidade grande.

Procurou-se, então, recuperar este seu espaço de atuação através de um trabalho que fosse comum à maioria e que pudesse se transformar numa atividade de lazer e ao mesmo tempo viabilizasse uma ação instrumental que modificasse suas vidas através de um trabalho coletivo.

A ocupação que foi possível recuperar foi a cestaria, que a maior parte das mulheres fazia no nordeste com cipó, palha, folha de bananeira, folha de palmeira, etc. Aqui o trabalho foi recriado com a reciclagem de jornal, criando novas perspectivas de atuação e um outro universo simbólico.

Durante um período de quatro meses, essas mulheres treinaram fazer cestas nos mais diferentes modelos. Enquanto isso, eu entrei em contato com a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas

Populares ITCP – pertencente ao CECAE – Coordenadora Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da USP. Esse projeto de Cooperativas Populares funcionava desde 1998, sendo constituído por um Conselho Orientador composto por docentes de várias unidades da Universidade, assim como por um corpo multidisciplinar de estudantes de graduação e pós-graduação, tendo, na época, o Prof. Dr. Paulo Singer, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP a função de coordenador acadêmico do projeto.

O objetivo desse órgão é organizar cooperativas com comunidades de baixa renda e encaminhá-las para o mercado de trabalho. Está ligado a uma rede de incubadoras de outras universidades, entre elas a da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Ceará e Fundação UniTrabalho. Essas atividades tiveram início na USP em 1996, junto com a Fundação Osvaldo Cruz (FioCruz), no Rio de Janeiro.

A incubadora da USP agregava, nessa época, 15 comunidades. Os coordenadores formavam um grupo de ensino, pesquisa e extensão multidisciplinar denominado Gepem, que ministrava o curso de cooperativismo à população carente. O conteúdo básico do curso era a história do cooperativismo, discussões sobre formas democráticas de gerenciamento e o estabelecimento de um estatuto.

A proposta do ITCP era a formação permanente de um grupo, propondo alterar não só a organização do trabalho, permeado pelos valores da competição, do ter ao invés do ser, da desigualdade e do autoritarismo, mas também fazer emergir uma nova forma de solidariedade, no respeito à diferença de cada um, na sua igualdade como sujeitos sociais de direitos na possibilidade de crescimento intelectual e afetivo de cada um e de todos enquanto um grupo constituído.

A pesquisa trabalhou o processo mais amplo de construção de identidade dessas mulheres, contextualizando-as no processo de migração para a periferia. Estudou as mudanças ocorridas no viés da Comunidade Eclesial de Base e a inserção no multiculturalismo religioso da região. Analisou a construção de um saber coletivo a partir da memorização comum e através de um espaço de trabalho, de solidariedade, investigou a formação do sujeito coletivo.

Nesse processo foi possível analisar a formação de uma nova identidade coletiva para o grupo, tendo como parâmetro três esferas de atuação: a Comunidade Eclesial de Base e sua influência política,

principalmente com relação às mulheres migrantes da periferia; o tempo da memorização e das narrativas, evidenciando-se a “expropriação do universo simbólico”, e por último, o novo trabalho, através da cooperativa, que possibilitou a mudança do conhecimento, do discurso, do poder e que criou um espaço de socialização e de lazer.

Referências bibliográficas

BALANDIER, G. (1980). *O Poder em Cena*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

BAUMAN, Z. (1998). *O Mal-Estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FREIRE, P. (2000). *Pedagogia da Indignação*. São Paulo, Editora Unesp

MONTES, M. L. (1996). *Raça e Identidade: Entre o espelho, a invenção e a ideologia*. São Paulo, Edusp.

SPOSATI, A. e KOGA, D. (1996). “Extrato do mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo”. In: SPOSATI, A. e KOGA, D. *Núcleo de Segurança e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica*. São Paulo, PUC.